



MARINHA DO BRASIL
CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA
(AUTARQUIA FEDERAL)

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E
DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Nome completo:			
NIP/Matrícula SIAPE:		CPF:	

Este documento visa registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o Titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidades específicas, em conformidade com a Lei nº13.709/2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Ao assinar este termo, o Titular consente e concorda que a Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha (CCCPM) tome decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, bem como realize o tratamento de seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

Finalidades:	01 – Concessão de Financiamento (FI) ou Financiamento Simplificado (FS).
	02 – Obtenção de informações sobre FI ou FS.
Formas do Tratamento:	Coleta, recepção, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação e análise de dados.
Duração do Tratamento:	Até o fim do prazo previsto do FI e FS concedido; ou até 06 (seis) meses para FI e FS solicitados, mas não contratados.
Compartilhamento (dados pessoais)	Finalidade 01: sistemas internos da CCCPM; PAPEM (SISPAG 2 e Econsig); SIAPENET; CEF; SERASA; Empresa de Avaliação Imobiliária e Empresa Seguradora, contratadas pela CCCPM.
	Finalidade 02: sistemas internos da CCCPM; PAPEM (SISPAG 2 e Econsig); SIAPENET; CEF; SERASA; e Empresa Seguradora contratada pela CCCPM.
Compartilhamento (dados pessoais sensíveis)	Empresa Seguradora contratada pela CCCPM.

Dados pessoais: a CCCPM fica autorizada a tomar decisões referentes ao tratamento e a realizar o tratamento de: nome completo e data de nascimento; número e imagem do RG, CPF, CNH, Carteiras de Identidade e Carteira de Trabalho; estado civil e filiação; endereço completo; telefones e endereços de e-mail; banco, agência e contas-correntes; comunicações verbais e escritas; bilhetes de pagamento e *holerits*; informações e declarações sobre renda, remuneração, rendimentos e proventos.

Dados pessoais sensíveis: a CCCPM fica autorizada a tomar decisões referentes ao tratamento e a realizar o tratamento de: informações de saúde declaradas pelo próprio Titular em Declaração Pessoal de Saúde (DPS); e laudos, exames clínicos e pareceres médicos fornecidos pelo Titular.

Finalidades e motivos do tratamento de dados: análise para a concessão de FI ou FS, obtenção de informações sobre FI ou FS concedidos e execução das competências legais decorrentes do serviço público; avaliação de produtos e serviços mais adequados ao perfil; atividades financeiras, de crédito e cobrança; cumprimento de obrigações legais, regulatórias e requisições de autoridades administrativas

e judiciais; exercício regular de direitos; instrução de processos administrativos e judiciais; análise, gerenciamento e tratamento de riscos, incluindo os de crédito, fraude e segurança; verificação de dados pessoais para fins de autenticação, segurança e/ou prevenção à fraude em sistemas eletrônicos próprios ou de terceiros; avaliação, manutenção e aprimoramento de serviços; legítimo interesse, como desenvolvimento e ofertas de produtos e serviços; levantamento de informações constantes de bases de dados oficiais; verificação de informações de pagamento; e análise de risco para fins de contratação de seguro por Danos Físicos no Imóvel (DFI).

Finalidades e motivos do tratamento de dados sensíveis: análise de risco para fins de contratação de seguro por Morte e Invalidez Permanente (MIP).

Compartilhamento: a CCCPM fica autorizada a compartilhar dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis do Titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para atender as finalidades e motivos listados neste termo, observados os princípios e garantias estabelecidas na LGPD.

Segurança dos dados: a CCCPM responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais e dados pessoais sensíveis de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. Em conformidade ao art. 48 da Lei LGPD, a CCCPM comunicará ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

Término do tratamento: a CCCPM mantém os dados pessoais e dados pessoais sensíveis coletados conforme o propósito e a natureza do tratamento, que ocorrerá pelo período necessário para o cumprimento de obrigações legais, regulatórias e contratuais, para continuar a fornecer e aprimorar nossos produtos e serviços, para o gerenciamento de riscos, para o exercício regular de direito em processos administrativos, judiciais e arbitrais e para as demais finalidades previstas na Política de Privacidade da CCCPM. Serão eliminados após o transcurso do prazo previsto dos contratos de FI e FS, bem como do cumprimento do período máximo de arquivamento, observado no caso de dados atrelados à execução de despesas. Os dados referentes às solicitações de FI e FS não concretizados serão eliminados em até 06 (seis) meses e os referentes às solicitações de informações sobre FS concedido serão eliminados em até 01 (um) ano.

Direitos: o Titular tem direito de obter, a qualquer momento e mediante requerimento, as seguintes informações sobre seus dados tratados pela CCCPM: confirmação da existência de tratamento; acesso aos dados; correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD; eliminação dos dados pessoais tratados com meu consentimento, exceto nas hipóteses previstas no artigo 16 da LGPD; informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e revogação do consentimento.

Direito de revogação: este consentimento poderá ser revogado pelo Titular a qualquer momento, mediante solicitação.

_____, em _____ de _____ de 20 _____.
Local Data

Assinatura